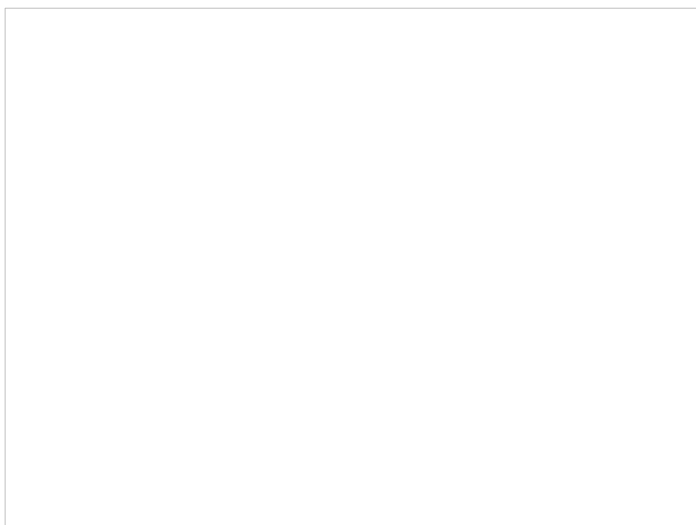


IMA realiza 1º Fórum Estadual Estratégias para Retirada da Vacinação contra a Febre Aftosa

Qua 17 julho

O [Instituto Mineiro de Agropecuária \(IMA\)](#), vinculado à [Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento \(Seapa\)](#), realizou, nesta terça (16/7), na Universidade Federal de Viçosa (UFV), o 1º Fórum Estadual Estratégias para Retirada da Vacinação contra a Febre Aftosa. O evento contou com cerca de 200 participantes, entre produtores rurais, representantes de diversas instituições envolvidas na cadeia produtiva do setor, médicos veterinários, pecuaristas, agroindústrias, além de comerciantes e prestadores de serviço.

Estiveram presentes a secretária de Agricultura, Pecuária e



Mais fotos disponíveis em www.ima.mg.gov.br

Abastecimento, Ana Valentini; o diretor-geral do IMA, Thales Fernandes; o deputado estadual e presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria da ALMG, Coronel Henrique; o superintendente federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em Minas Gerais, Marcílio Magalhães; a presidente da Epamig, Nilda de Fátima Ferreira Soares; o presidente da Faemg, Roberto Simões; o assessor técnico de Pecuária da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), Ricardo Ramos de Mello Nissen; o diretor-técnico do Sebrae João Cruz Reis Filho; o superintendente do Senar, Cristiano Nassif; e o secretário municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Prefeitura de Viçosa; Marcos Roberto Fialho.

O Fórum aconteceu durante a tradicional Semana do Fazendeiro, que neste ano chega a sua 90ª edição. As autoridades foram recebidas pela reitora da UFV, Rejane Nascentes; pelo pró-reitor de Extensão e Cultura, professor José Ambrósio Ferreira Neto; pelo vice-prefeito municipal, Arnaldo Andrade, e pela coordenadora do IMA em Viçosa, Maria José Novaes Firmo.

O diretor-geral do IMA, Thales Fernandes, na abertura, reforçou ao público presente o engajamento da Defesa Agropecuária do estado nas ações em busca da mudança do status sanitário de Minas Gerais, de área livre de febre aftosa com vacinação, para área livre da doença sem vacinação, cumprindo, assim, determinações estabelecidas pelo Plano Nacional de Erradicação da Febre

Aftosa (PNEFA) do Mapa.

“Minas Gerais está engajada na retirada da vacinação contra a febre aftosa e faz seu ‘dever de casa’, mostrando ao setor produtivo a força do novo status sanitário, que abrirá novos mercados para a carne bovina, gerando diversos ganhos para o setor”, observou. Ele também atentou os produtores para a importância de continuar vacinando o rebanho até 2021, quando está prevista a retirada da imunização. “Toda a cadeia produtiva será beneficiada com a retirada da vacinação contra a febre aftosa, não apenas o mercado de carne bovina, como também os de suínos e de aves. Estamos alinhando todo o processo com os sindicatos rurais, com as associações de criadores e com a Faemg. Além disso, estamos aperfeiçoando a capacidade do serviço de Defesa Agropecuária oficial, investindo no aparelhamento e infraestrutura”.

A gestão compartilhada de todos os envolvidos no percurso para a retirada da vacinação foi o principal assunto defendido pela secretária Ana Valentini. “Devemos ressaltar que, além da responsabilidade do Mapa e do IMA, os produtores rurais também precisam assumir a sua responsabilidade neste processo. Os produtores mineiros precisam ficar atentos às orientações do IMA, como a redução da dosagem da vacina e a manutenção da imunização até maio de 2021. Dessa maneira, alcançaremos o tão sonhado status de estado de área livre de febre aftosa sem vacinação”, projetou.

O superintendente federal do Mapa em Minas Gerais, Marcílio Magalhães, comentou sobre os impactos econômicos da retirada da vacina contra febre aftosa para Minas e para o Brasil. “Temos um grande desafio em Minas Gerais: estruturar os serviços de sanidade e, para isso, conclamamos todos os produtores e as associações para que entrem nessa luta com a gente, organizando sua região e propriedade para que possamos seguir um plano estratégico para a retirada da vacinação. Vamos vencer todas as etapas para termos Minas e o Brasil reconhecidos como livre de aftosa sem vacinação, conquistando a confiança internacional na defesa agropecuária”.

Fundesas

Com objetivo de arrecadar verbas para o suporte de ações no caso de prevenção e erradicação de doenças que acometem os rebanhos, uma importante ferramenta para garantir a sanidade dos animais, a Faemg criou, em 2018, o Fundo de Defesa Agropecuária (Fundesa).

“O fundo integra o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa, que prevê o repasse rápido e eficiente de recursos para fazer frente às emergências sanitárias, uma das recomendações do Mapa para a retirada da vacinação contra a febre aftosa em todo o Brasil em 2021”, observou o presidente da Faemg, Roberto Simões.

Os recursos do Fundesa podem ser utilizados para ações de controle e prevenção de enfermidades, atender emergências sanitárias e ainda garantir indenização aos produtores em caso de abate do animal por recomendação oficial.

Palestras

Voltada para os produtores rurais, a apresentação do coordenador do Programa de Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA) no IMA, o médico veterinário Natanael Lamas Dias, abordou

as características da febre aftosa, mostrando um histórico da ocorrência da doença na América do Sul e no mundo.

“O plano estratégico para a retirada da vacinação foi desenvolvido com dados históricos e epidemiológicos. Compartilhei informações sobre este plano estratégico e apresentei as importantes razões para que o produtor continue vacinando seu rebanho, mantendo, assim, nosso estado com status livre de aftosa com vacinação até a retirada em 2021. Os setores público e privado precisam estar alinhados para que obtermos sucesso”, reforçou.

O assessor técnico da Confederação Nacional da Agricultura, Ricardo Nissen, palestrou sobre a necessidade de um serviço de defesa agropecuária robusto. “O nosso principal foco é o produtor rural. A retirada da vacinação é importante para conseguirmos agregar valor à carne bovina do Brasil, trazendo mais rentabilidade e redução de custos”. Ele comentou que o Brasil ainda não tem forte presença no mercado de grandes importadores de carne bovina. “Com o novo status sanitário, o Brasil terá acesso a outros países consumidores de carne bovina, como Japão, Coreia, Canadá, México, Indonésia, e Taiwan”, enumerou.